

FACULDADE DE MINAS

Curso de Ciências Contábeis

AMANDA MOURÃO

DANIEL LUIZ

GUSTAVO SANTOS

PEDRO MAURÍCIO

RAPHAEL LOPES

SHAYANE CAMILA DOS SANTOS

VANESSA LOFFI

O CONTADOR ATUANTE NA ÁREA DE CUSTOS

Belo Horizonte

2011

AMANDA MOURÃO

DANIEL LUIZ

GUSTAVO SANTOS

PEDRO MAURÍCIO

RAPHAEL LOPES

ROSANA PEREIRA

SHAYANE CAMILA DOS SANTOS

VANESSA BATISTA

O CONTADOR ATUANTE NA ÁREA DE CUSTOS

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Minas como requisito parcial à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Orientadora: Prof^a. Valdete Gomes Ferreira.

Belo Horizonte

2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	6
3. OBJETIVOS	7
4. CONCEITO E OBJETIVO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS	8
5. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS	10
5.1. CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS.....	10
5.2. CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS	10
6. MÉTODOS DE CUSTEIOS	11
6.1. CUSTEIO POR ABSORÇÃO OU CUSTEIO INTEGRAL	11
6.2. CUSTEIO VARIÁVEL.....	11
6.3. CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES OU ABC (ACTIVITY-BASED COSTING) 11	11
7. CUSTOS PARA DECISÃO	13
7.1. CUSTO FIXO, LUCRO E MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	13
8. CUSTOS PARA CONTROLE	15
9. CRONOGRAMA	16
10. METODOLOGIA	17
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
11.1. BÁSICAS.....	19
11.2. COMPLEMENTARES.....	19

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade de Custos nasceu da Contabilidade Financeira, ela surgiu da necessidade de mensurar os estoques na indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo, conforme Martins (2003). Até o período da Revolução Industrial no século XVIII só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral) que era dedicada a controlar o patrimônio da entidade, que envolvia um processo simples de contabilização dos gastos e ganhos da empresa ao final de um período. Martins (2003), ainda afirmou que após a chegada da indústria e com a sua proliferação, o cenário se modificou, ocorrendo de forma instantânea o advento da produção em grande escala e o surgimento de máquinas, tornando a função do contador um pouco mais complexa, pois os dados para estimação do estoque também eram detalhados e acarretava uma análise mais apurada, uma vez que as compras de mercadorias foram substituídas por compras de matérias primas e utilizou-se fatores de produção que as transformaram em produtos destinados a venda, com isso também a elaboração da demonstração de resultado do período, o trabalho do contador deixou de ser apenas valorar os itens estocados inicialmente e as compras de produtos durante o período reduzindo desse valor o que ainda restava em estoque ao final deste intervalo de tempo para se ter o valor das mercadorias vendidas, que ao ser confrontado com as receitas obtidas nas vendas de produtos, chegava-se ao lucro bruto. Tornou-se imprescindível a adoção de um novo modelo de contabilização dos lucros e perdas da organização. Martins (2003) definiu a nova necessidade do custeio como uma avaliação que implicava no cálculo dos custos de manufatura (gastos com energia elétrica, por exemplo), o chamado gasto com produção de determinado produto, para que esses dispêndios pudessem ser incorporados ao valor final do produto, exceto as despesas administrativas, de vendas e financeiras que não figuram como gastos de produção.

Martins (2003), ainda ressaltou que até dias de hoje este modelo continua o mesmo por dois motivos principais: Com o desenvolvimento do mercado de capitais nos EUA e em alguns países europeus, fazendo com que milhares de pessoas se tornassem acionistas de grandes empresas, interessadas agora na análise de seus balanços e resultados, e também com a criação do imposto de renda, provavelmente em função da influência dos próprios princípios de contabilidade já então disseminados, houve a adoção do mesmo critério fundamental para a medida do

lucro tributável; no cálculo do resultado de cada período, os estoques industrializados deviam ser avaliados sob aquelas regras. Apesar de algumas pequenas alterações e opções, na grande maioria dos países o Fisco tem adotado essa tradicional forma de mensuração (há exceções, como a Holanda, por exemplo).

De acordo com Martins (2003) o foco dos contadores, fiscais e auditores com estas medidas não era usar a contabilidade de custos como um meio de gerir a empresa e sim como um artifício para mensuração dos estoques e resultados financeiros da organização, por este motivo, este ramo contábil passou um longo tempo sem ser desenvolvido. Inevitavelmente esta única finalidade não supriu as necessidades das empresas que cresciam a cada dia e distanciava seus administradores gradativamente de seus funcionários. Por essa razão o custeio passou a ser encarado como uma ferramenta gerencial na organização. Vale ressaltar que esta prática de custeio com enfoque gerencial não data de mais do que algumas décadas, e por isso ainda há muito que se desenvolver a acerca deste processo. Neste campo de atuação a contabilidade de custos tem duas novas funções a serem salientadas: o auxílio ao controle e a ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o que foi consolidado para comparação com os valores anteriormente definidos. No que tange à Decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção, etc.

Martins (2003) destacou que o custeio de determinado produto é fundamental para a decisão de produzi-lo ou não, visto que após esta avaliação é possível concluir se este dado é rentável ou não. É importante destacar também que devido à grande competitividade entre as organizações interessa a empresa ter o maior grau de custo-benefício possível.

Martins (2003) ainda complementou, seus princípios derivam dessa finalidade primeira e, por isso, nem sempre conseguem atender completamente a suas outras duas mais recentes e provavelmente mais importantes tarefas: controle e decisão.

Esses novos campos deram nova vida a essa área que, por sua vez, apesar de já ter criado técnicas e métodos específicos para tal missão, não conseguiu ainda explorar todo o seu potencial; não conseguiu, talvez, sequer mostrar a seus profissionais e usuários que possui três facetas distintas que precisam ser trabalhadas diferentemente, apesar de serem compatíveis entre si. Com outras finalidades, a contabilidade de custos atualmente tem excelente aplicabilidade, dependendo das particularidades operacionais de cada tipo de entidade constituída e dependendo ainda do estudo pormenorizado de suas necessidades de controles de custos com intuito de redução destes, como forma de aumentar a competitividade entre empresas no mercado consumidor nacional e internacional.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Martins (2003) a obtenção de receitas dentro de uma organização advém do sacrifício denominado despesa. Para Vanderbeck e Nagy (2001) a função principal do custeio é basicamente controlar os custos e despesas, ou seja, as operações atuais com o intuito de planejar o futuro da entidade.

Para Martins (2003) a preocupação dos contadores, auditores e fiscais em somente utilizar a Contabilidade de Custos como um instrumento de mensuração fez com que por um longo período de tempo ela não tenha tido uma maior evolução. Ainda segundo ele, há um grande potencial gerencial na Contabilidade de Custos devido ao seu auxílio com a especificação de valores para determinados produtos, facilitando assim o processo de gestão empresarial.

Propusemos, então, demonstrar as aplicações dos custos de forma ampla com intuito de pensarmos e discutirmos: Até quando as atuais informações em relação a custos nos serão totalmente suficientes sem um real engajamento na busca pelo desenvolvimento da Contabilidade de Custos?

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVOS GERAIS

Permitir o entendimento sistêmico das condições básicas indispensáveis que possibilitam gerenciar um planejamento organizacional de acordo com a mensuração de custos e despesas.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O intuito do referencial é definir os principais pontos acerca do seguimento de Custos, destacando os conceitos básicos desta vertente contábil que abrange: planejamento, controle, tomada de decisões e determinação de lucro da organização.

4. CONCEITO E OBJETIVO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

Martins (2003) considera que a contabilidade de Custos veio da necessidade de orçar estoques na indústria. E que seu principal objetivo é apurar custos, seja de produtos vendidos, gastos com produção ou mensurar o valor de um determinado produto, etc. Ainda comenta que este é um processo pelo qual se busca avaliar e estudar os gastos com prestações de serviços, processos industriais de mercadorias e despesas que estão dentro de um processo produtivo de um item ou serviços prestados.

Para Martins (2003) só após a era mercantilista, quando entramos no período capitalista presente até hoje e surgiram as grandes indústrias, foi notada a importância do controle da apuração de custos. O custeio é uma excelente base para que o comerciante constate se o seu negócio é rentável ou não, basta comparar suas receitas e despesas de um determinado período. A contabilidade de custos passou a ser utilizada como ferramenta segura para controlar as variações de custos e de vendas e também para medir o crescimento ou o declínio do negócio.

Segundo Martins (2003) desde o século XVIII, quando a Contabilidade de Custos ainda adotava seu antigo nome de Contabilidade Financeira ou Geral, ela vem sendo estudada e surgem cada vez mais obras que contribuem para solidificar e melhorar os métodos de apuração de custos. É um crescimento constante que se dá pela necessidade de atualização e desenvolvimento das práticas de custeio gerencial em vigor, que são especialmente focadas para apuração e análise de custos com o objetivo de auxiliar o administrador na gestão do negócio.

De acordo com Martins (2003) a grande preocupação dos Contadores, Auditores e Fiscais foi a de fazer da Contabilidade de Custos um meio para solucionar problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, e não de torná-la um mero instrumento de administração. Por não utilizar sua grande capacidade gerencial a Contabilidade de Custos terá uma evolução mais acentuada por um determinado período de tempo, devido ao desenvolvimento das empresas, com o distanciamento lógico entre o administrador, empresas e ativos, a Contabilidade de Custos passou a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão.

Tendo por base o que já foi exposto, a Contabilidade de Custos pode ser conceituada como o auxílio ao controle de estoque e a ajuda às tomadas de decisões que permite controlar uma importante missão e também fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão. Decisões que consistem na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção, etc.

O Custeio introduziu nas últimas décadas, uma estimativa de controle de estoques e lucros para importantes decisões gerenciais, com isso a competitividade aumentou e está caracterizada na maioria dos mercados sejam industriais, comerciais ou de serviços, assim os custos tornam-se altamente definidos quando há tomada de decisão em uma empresa, isto acontece por causa da alta competitividade existente entre elas, quando não podem mais redefinir seus preços, ajustam os custos incorridos, também com base nos preços praticados no mercado em que atuam.

Segundo Eliseu Martins (2003, p. 15): “O conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável; ou, se não rentável, se é possível reduzi-los (os custos)”.

Sendo assim a Contabilidade vem se modernizando e criando sistemas que buscam informações que permitiram um melhor gerenciamento dos custos com base neste enfoque. Mas estes sistemas dependem de qual objetivo ele pretende atingir a nível fiscal e contábil.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

5.1. CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Para Leone (2000) a distribuição dos custos da entidade, depende de uma análise do objeto examinado para que ele seja subdividido em diretos e indiretos destina-se a fornecer informações para a determinação do montante mais realístico do custo desse objeto, influenciando diretamente no controle do custo desse objeto, bem como no controle dos custos do centro de responsabilidade e, de maneira geral de todos os segmentos que tiveram seus custos identificados e acumulados. Leone (2000) caracterizou os custos diretos como todos aqueles custos que podem ser identificados com as obras, do modo mais econômico e lógico. Já para ele os custos indiretos são todos os outros custos que dependem do emprego de recursos, de taxas de rateio, de parâmetros para o débito das obras. Em resumo, o que se quer dizer é que a diferenciação entre custos diretos e indiretos é necessária para o cálculo mais realístico do custo de qualquer objeto, para a verificação da rentabilidade e da eficiência das várias atividades da empresa.

5.2. CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

Leone (2000) definindo os termos fixos e variáveis explicou que são geralmente usados para descrever como um custo reage às mudanças na atividade. Um custo variável é um custo que tem seu valor aumentado ou diminuído em relação ao nível da produção realizada e um custo fixo é sempre constante em seu total, na faixa de volume relevante da atividade esperada que esteja sendo considerada. Para melhor entendimento da conceituação de custos fixos e variáveis, podemos chamá-los de não-evitáveis e evitáveis, respectivamente, explicando que o custo fixo possui as características de custo afundado, de custo empatado e de custo irreversível, ou seja, o que será de qualquer forma imputado. Os custos variáveis somente aparecem quando a atividade ou a produção é realizada. Nesse sentido eles são evitáveis porque se pode comandar o volume da atividade ou da produção.

6. MÉTODOS DE CUSTEIOS

Martins (2003) descreveu os Métodos de Custeios da seguinte forma: são processos que procuram distribuir de uma forma bem proporcional os custos de mercadorias adquiridas para fabricação de matéria prima ou revenda. Estes processos que são chamados de rateios têm finalidade fiscal e podem ser baseados como uma ferramenta para se calcular os custos e gastos como, por exemplo, mão de obra, máquinas e transportes das mercadorias adquiridas para se ter um preço significativo para o produto final ou para revendas. Destacamos três tipos de custeio e a seguir daremos exemplos de suas necessidades dentro de uma empresa.

6.1. CUSTEIO POR ABSORÇÃO OU CUSTEIO INTEGRAL

Conforme Martins (2003) expos o Custeio por Absorção ou Custeio Integral surgiu na Alemanha no século XX e consiste em apropriar todos os custos da área de produção e mostrar como debitar os custos dos produtos. Este método é mais praticado em empresas de manufatura e empresas de prestação de serviços, pois mostram com mais clareza onde produto e prestação de serviços absorvem os custos diretos e indiretos relacionados à fabricação. A Auditoria Externa o tem como básico. Apesar de não ser totalmente lógico e de muitas vezes falhar como instrumento gerencial, é obrigatório para fins de avaliação de estoques (para apuração do resultado e para o próprio balanço).

6.2. CUSTEIO VARIÁVEL

Entende-se como Custeio Variável a totalidade dos fatores da variação dos custos da produção, bem como custos de materiais, suprimentos e mão de obra industrial.

Nas demonstrações a base do Custeio Variável obtém-se lucro que acompanha sempre a direção das vendas, o que não ocorre com a Absorção. Mas para contrariar a Competência e a Confrontação, o Custeio Variável não é válido para Balanços de uso externo, deixando de ser aceito tanto pela Auditoria Independente quanto pelo Fisco. E fácil, entretanto, trabalhar-se com ele durante o ano e fazer-se uma adaptação de fim de exercício para se voltar ao Absorção, como pontuou Eliseu Martins (2003, p.146).

6.3. CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES OU ABC (ACTIVITY-BASED COSTING)

É o método que se baseia nas atividades que a empresa busca para realização dos processos de produção dos seus produtos e a necessidade de

informações mais contundentes sobre estes processos, Martins (2003). Este método não se baseia somente ao custeio de produtos, mas também é um grande instrumento utilizado na gestão de custos com objetivos mais estratégicos e gerenciais, buscando melhorias continuadas dos processos de produção, bem como mais eficácia na qualidade dos produtos.

7. CUSTOS PARA DECISÃO

7.1. CUSTO FIXO, LUCRO E MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com Martins (2003) o Custo Fixo é uma despesa que incorre todo mês dentro de uma organização independentemente do seu volume de produção ou vendas. É um valor que tende a se manter constante nas alterações das atividades operacionais, ou seja, ele não se altera de acordo com a variação de bens ou serviços produzidos. De um modo geral são os custos e despesas necessárias para manter um nível mínimo de atividade operacional, sendo também denominado custos de capacidade. Dentro desta classificação há outras duas subclassificações que podem ser levadas em consideração em relação a Custos Fixos que são os Repetitivos e Não-repetitivos em valor, isto é, custos que se repetem em vários períodos seguintes na mesma importância (caso comum do pessoal da chefia da fábrica, das depreciações, etc.) e custos que são diferentes em cada período (manutenção, energia, etc.).

Martins (2003) destaca que outro aspecto a ser observado é que mesmo os custos repetitivos, não são eternamente do mesmo valor. Sempre há pelo menos duas causas para sua alteração: mudança em função de variação de preços, de expansão da empresa ou de mudança tecnológica.

Por exemplo, o aluguel pode crescer em virtude da adição de mais um imóvel; e a depreciação pode também aumentar pela substituição de uma máquina velha por outra moderna e mais cara. Todos esses itens são Custos Fixos sempre, apesar de seus valores se modificarem, já que seu montante em cada período é independente do volume de produção, exemplificou Martins (2003, p. 33).

Martins (2003) subclassificou com o objetivo de caracterizar os Custos Fixos devemos destacar as seguintes modalidades: há os custos por unidade que de acordo com o volume de produção ou venda, menor será o seu custo fixo por unidade (até limite da capacidade instalada). Também os custos totais que independem das quantidades produzidas ou vendidas. Como por exemplo, aluguel, salário de pessoal, etc. (dentro do limite da capacidade instalada).

Martins (2003) conceituou Margem de Contribuição como o lucro variável, ou seja, a diferença entre o que sobra do preço de venda de um produto, serviço ou mercadoria e os custos e despesas variáveis por unidade de produto. Denota-se então que a cada unidade vendida, a empresa lucrará determinado valor. Que se

multiplicado pelo total vendido, irá nos fornecer a contribuição marginal total do produto para a organização. A Margem de Contribuição tem a capacidade de tornar mais facilmente identificável a potencialidade de cada produto, mostrando como cada um contribui para, primeiramente, amortizar os gastos fixos, e, depois formar o lucro propriamente dito.

Martins (2003) definiu a Margem de Contribuição, como a diferença entre o preço de venda e o Custo Variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à organização em compensação ao seu esforço. Demonstra-se pela razão entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser atribuído sem erro.

8. CUSTOS PARA CONTROLE

Para Martins (2003), Controle é o conhecimento da realidade, das divergências e suas origens para assim ter uma tomada de decisões, para a correção de tais desvios. A controlabilidade dos custos é definida por níveis hierárquicos separados por departamentos dentro da empresa.

Custos Controláveis são de responsabilidade do gerente do departamento, designado para analisar e controlar as despesas e os gastos. Custos não Controláveis já não são de competência do gerente, pois não depende do mesmo.

“A distinção entre custos controláveis e não controláveis é básica para o estabelecimento do sistema de Custos pela Responsabilidade. Diz-se que todos os custos da empresa são controláveis em algum nível gerencial”, constatou George Leone (2000, p.63).

Martins (2003) comentou que, Custos Controláveis se referem aos materiais próprios, mão-de-obra própria, serviços de terceiros, ferramentas, combustíveis, entre outros. Já Custos não Controláveis são relativos à depreciação, seguros, benefícios, custos gerais atribuídos, produção do mês, custo unitário do mês, entre outros.

Vanderbeck e Nagy (2001) disseram que, Custo para Controle é o sistema de monitorar as operações da entidade e indicar se os objetivos identificados no processo de planejamento estão sendo executados. O controle eficaz é obtido das seguintes maneiras: designando responsabilidade, que é o detalhamento do plano de produção para cada gerente; medindo e comparando resultados periodicamente, que são os relatórios operacionais; tomando a ação corretiva necessária, que podem identificar possíveis falhas ou desvios.

Ao que diz respeito Martins (2003) disse que o processo do controle é à base da fixação de custos estimados para cada produto, sejam eles diretos e indiretos. A apuração dos custos incorridos e comparados localiza as divergências e retificações dos desvios. Com o Controle, que é a tomada de decisão, fica fácil obter o sistema de custos que não é suficiente, mas muito necessária para uma vida longa da empresa.

9. CRONOGRAMA

FASES DO REFERENCIAL	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Definição dos integrantes do grupo.	X			
Escolha do tema mais relevante para uma pesquisa qualitativa.	X			
Encontros agendados para a divisão de tarefas.		X		
Discussão sobre informações que iriam somar e culminar em um assunto de fácil entendimento.		X		
Adaptação dos conteúdos proporcionados pelos membros do grupo para montagem final do trabalho.			X	
Entrega do projeto de pesquisa, encontros para estudo e treino para a apresentação do mesmo.			X	
Apresentação do referencial com todos os integrantes do grupo.				X

10.METODOLOGIA

Metodologia é a representação, ou seja, a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) dos meios que levaram à conclusão da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (1992) na pesquisa científica não se faz nada ao acaso, da escolha do tema, a fixação dos objetivos, bem como a escolha da metodologia e a coleta de dados, tudo isto é antecipado no projeto de pesquisa. Que tem como principal finalidade responder perguntas como: o quê? Por quê? Para quem? Dentre outras.

No que se refere aos tipos de pesquisa, encontramos uma definição que mostrará logo a seguir em qual dos caminhos de investigação nosso tema se encaixa: Lakatos e Marconi (1992) comentaram que a pesquisa bibliográfica serve-se da coleta de dados que foram buscados por outras pessoas, ou seja, fontes secundárias que atribuem o conhecimento básico necessário para que seja desenvolvido um referencial teórico. Gil (1999) complementou esta idéia dizendo que a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de livros e artigos científicos. Esta parte do estudo do conteúdo já pesquisado, e tem como principal vantagem o fato de que proporciona ao investigador uma série de idéias muito maior da que o pesquisador conseguiria se fosse buscá-las diretamente.

Partindo do conceito da citação acima podemos reconhecer e definir que o tipo de pesquisa utilizado no trabalho foi exclusivamente bibliográfico, principalmente ao se analisar nossas referências.

O enfoque do trabalho foi descrever da maneira mais completa e breve possível os temas elencados no trabalho. Com base nisso podemos afirmar que a característica primária deste tipo de pesquisa, de acordo com Gil (1999), é a preocupação central de reconhecer os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Estamos tratando então da pesquisa descritiva que prima por descrever a características de uma população ou estabelecer relações entre variáveis. Para que este estudo seja realizado o principal apoio ao pesquisador é a sua base que compreende sua coleta de dados anteriormente realizada.

De acordo com o que já foi dito podemos afirmar que o conteúdo exposto nos proporcionou um entendimento mais específico, mas nos deixou margem de

exploração contínua da informação. A totalidade do nosso trabalho consiste em ressaltar a legítima questão da prestação futura desta modalidade que encontra-se de certa forma subdesenvolvida, visto que, apesar de sua completa funcionalidade, a atual aplicação de custeio está fadada a se tornar ultrapassada, tão logo como os processos das entidades caminham para modernização assim como elas.

De acordo com Gil (1999) o objetivo do método investigativo é proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. Mais especificamente, visam fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes a problemática que está sendo investigada.

Para Marconi e Lakatos (2007) A metodologia qualitativa esta focada em analisar e entender os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, bem como fornecer uma análise detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. Desta forma entende-se que a pesquisa qualitativa dedica-se ao privilégio da análise da complexidade dos fatos abordados pelo grupo, esclarecidos de forma íntegra, ou seja, sem que fosse ignorada a totalidade dos aspectos referenciais propostos.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

11.1. BÁSICAS

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

11.2. COMPLEMENTARES

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos - Planejamento, Implantação e Controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, C. L.. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VANDERBECK, Edward J; NAGY, Charles F. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2001.